



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL  
DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS  
COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS PENAS E MEDIDAS  
ALTERNATIVAS**

**ROTEIRO METODOLÓGICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS**

**Implantação do Núcleo de Defesa do Preso Provisório**

**PORTARIA - DEPEN - MJ**

XXXXX/2012  
Cidade/UF

# SUMÁRIO

Página

## **1. APRESENTAÇÃO**

- 1.1 Título/nome do projeto
- 1.2 Organização (ões) responsável (is)
- 1.3 Abrangência do projeto
- 1.4 Linha programática do projeto
- 1.5 Resumo

## **2. CONTEXTO**

- 2.1 Missão/objetivo da(s) organização (ões) responsável (is)
- 2.2 Contextualização/diagnóstico/justificativa
- 2.3 Participantes do projeto
  - 2.3.1 Rede de parceiros (forma de gestão)
  - 2.3.2. Equipe responsável
  - 2.3.3. Público alvo

## **3. ORGANIZAÇÃO DO PROJETO**

- 3.1 Objetivo geral
- 3.2 Objetivos específicos
- 3.3 Ações
- 3.4 Metas/ resultados esperados
- 3.5 Metodologia

## **4. SUSTENTABILIDADE**

- 4.1. Como as organizações vão participar do projeto
- 4.2. Como o projeto pretende interagir com políticas públicas
- 4.3. Como o projeto será divulgado/comunicação

## **5. AVALIAÇÃO DO PROJETO**

- 5.1. Como o Projeto pretende realizar avaliações processuais?
- 5.2. Como o Projeto pretende avaliar os resultados?

## **6. CRONOGRAMA**

## **7. RECURSOS FINANCEIROS**

- 7.1. Orçamento resumido
- 7.2. Detalhamento dos custos

# 1. APRESENTAÇÃO

**1.1 Título/nome do projeto** – (Descrever de modo sintético os propósitos do projeto)

## 1.2 Organização responsável

Organização proponente

Nome:

Endereço completo:

Telefone:

E-mail:

CNPJ:

Nome do responsável:

Cargo:

N.º da identidade:

## 1.3 Abrangência do projeto

Estado

Municípios

## 1.4 Linha programática do projeto

Implantação de Núcleo de Defesa do Preso Provisório

**1.5 Resumo do projeto** [ENTRE 300 E 500 PALAVRAS] - Descrever as informações relevantes do Projeto: resumo dos problemas, necessidades, expectativas e levantamento de demandas; dos objetivos, metas e população alvo; das interfaces/parcerias e equipe técnica responsável; das atividades desenvolvidas e resultados previstos.

## 2. CONTEXTO [JUSTIFICATIVA]

**2.1 Missão/objetivo da organização responsável** [MÁXIMO – 100 PALAVRAS] (Descrever de modo sintético os propósitos da organização responsável pelo projeto.)

### 2.2 Contextualização/diagnóstico/justificativa [MÁXIMO – 1000 PALAVRAS]

→ Localização geográfica do projeto e mapeamento/diagnóstico interinstitucional, descrever a estrutura do local onde será instalado o Núcleo, se há rede lógica e elétrica adequada, as dimensões, número de salas e organização do espaço.

→ Descrever a situação geográfica local, a organização do sistema de justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública), serviços de alternativas penais, rede de apoio.

→ Mapeamento/diagnóstico – descrever o contexto local/global, mencionando as legislações nacionais e internacionais sobre o tema; levantamento de dados locais (quantidades de tipos de aplicações de alternativas penais). É importante demonstrar se a(s) localidade(s) que receberá(ão) a proposta apresentada possui(em) o público alvo a ser atendido pelo Projeto.

→ O projeto - apresentar a relevância e pertinência da proposta como resposta a um problema ou necessidade, identificados de maneira objetiva; as facilidades e entraves que o projeto pode encontrar quanto a sua execução e de que forma as dificuldades poderão ser sanadas e as vantagens potencializadas; viabilidade de parcerias para a continuação do programa após o término do convênio.

### 2.3 Participantes do projeto

→ Sobre os participantes, salienta-se que, a parceria com a Defensoria Pública do Estado é pré-requisito para a implementação do projeto.

**2.3.1 Rede de parceiros** (forma de gestão) → Identificar a possível rede de parcerias, a integração com outros serviços (políticas públicas, universidades e/ou organizações não-governamentais); as formas de co-gestão/financiamento pelos órgãos envolvidos.

### **2.3.2. Público alvo**

→ Descrever quantitativamente e qualitativamente o público beneficiado que será alcançado pelo projeto.

### **2.3.3. Equipe responsável**

→ Apresentar a composição da equipe que fará parte do projeto, destacando as funções e o papel a ser desenvolvido, se essa equipe dará continuidade aos trabalhos e de que forma. É recomendável que parte da equipe seja composta de trabalhadores permanentes no quadro do ente proponente, visando a sustentabilidade do projeto após o seu término. Faz-se necessário, também, que sejam inseridos os contatos com a equipe, endereço eletrônico e número de telefone.

## **3. ORGANIZAÇÃO DO PROJETO [DETALHAMENTO]**

**3.1 Objetivo geral** → Definir com clareza o que se pretende alcançar com o projeto a curto, médio e longo prazo, inserindo também a meta prevista de atendimentos.

Para tanto, iniciar desenvolvendo a perspectiva ético-política das alternativas substitutivas à prisão; propor parâmetros metodológicos de intervenção e avaliação (monitoramento, acompanhamento e resultados) da execução penal e dos projetos/programas; detalhar a linha programática escolhida (item 1.4 deste roteiro)

### **Exemplo:**

Implantação do Núcleo de Defesa dos Presos Provisórios

Para viabilizar o acesso à justiça do Preso Provisório, será implantado o Núcleo de Defesa dos Presos Provisórios junto ao Poder Executivo. Serão dois focos de ação do Núcleo:

1) a estruturação do Grupo de Ação - equipe que deverá apoiar à Defensoria Pública na formulação dos pleitos, diligenciando todos os procedimentos necessários e cabíveis para viabilizar e efetivar a liberdade dos presos provisórios.

2) a estruturação do Grupo de Apoio Multidisciplinar - equipe formada por Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos, estagiários para orientação e acompanhamento dos réus e suas famílias, articulando as redes sociais de apoio voltadas para políticas sociais (tratamento, escolarização, profissionalização, e geração de emprego e renda) em articulação também com o poder público local e a sociedade civil organizada.

O projeto se divide nos seguintes focos de ação:

O primeiro foco tem início após a prisão em flagrante ou o cumprimento de mandado de prisão, por força do art. 306, §1º do Código de Processo Penal com redação dada pela Lei Federal nº 11.449/07. Caberá à equipe do Grupo de Ação do Núcleo apoiar os Defensores Públicos em promover todas as medidas judiciais cabíveis tendentes à colocação do acusado em liberdade, observada a sua independência funcional.

Uma vez obtida a liberdade, o acusado deverá ser encaminhado ao Grupo de Apoio Multidisciplinar.

O segundo foco é a ação do Grupo de Apoio Multidisciplinar que visa fazer a avaliação psicossocial, encaminhamento à rede social e acompanhamento individualizado extra-judicial e judicial de todos os atendidos pelo Programa, de forma a evitar a quebra das condições da liberdade provisória e a possível reincidência, além de facilitar a sua reinserção social, inclusive no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, o Grupo de Apoio Multidisciplinar tem como proposta atuar em duas fases:

1) A primeira pretende IDENTIFICAR o perfil do ex-preso provisório e seu entorno, através da realização de um estudo psicossocial, que consistirá em ao menos uma entrevista com o psicólogo e uma entrevista com o assistente-social do projeto. Nessas mesmas entrevistas, procurar-se-á também identificar o perfil socioeconômico da pessoa, aspectos da sua vida pregressa pessoal e familiar, suas carências, desejos e perspectivas. Assim, essa CONSTATAÇÃO terá como norte a situação econômica, familiar-social, emocional e educacional do entrevistado.

Frise-se, outrossim, que o Núcleo implementado contará com estrutura para atendimento aos familiares dos presos provisórios que poderão se dirigir à Instituição para apresentar documentos e obter orientação jurídica, sem prejuízo de visitas periódicas dos Defensores Públicos aos estabelecimentos prisionais da capital.

2) A segunda parte consiste no encaminhamento dessa pessoa para rede social formada por entidades governamentais ou não-governamentais que disponibilizem gratuitamente programas contínuos de ajuda na área psicológica, educacional, técnica, laboral ou artística, bem como tratamentos de dependência alcoólica e toxicológica

Tal encaminhamento deverá priorizar a área de maior necessidade de fortalecimento do ex-preso, de acordo com o apontado na fase de IDENTIFICAÇÃO, mas não haverá impeditivo para o encaminhamento para mais de um programa de ajuda, a depender da vontade e da disponibilidade da pessoa em enfoque.

A idéia é que tanto o psicólogo quanto o assistente social ou pedagogo monitorem a consecução e a freqüência do entrevistado no programa elegido, de forma a agendar nova entrevista e/ou visitas *in loco* (na residência do entrevistado ou no local do projeto por ele freqüentado), quando a situação assim demandar (ex. desistência de freqüentar o programa ou baixa freqüência). Tal monitoramento ocorrerá enquanto perdurar o processo criminal, finalizando quando da sentença definitiva, transitada em julgado. Para tanto, se necessário o for, serão contatados os Defensores Públicos que atuam junto aos juízos criminais para obter informações acerca da ação penal respectiva.

3.2 Objetivos específicos	3.3 Ações	3.4 Metas/ resultados
<p>Descrever os meios para atingir o objetivo geral. O conjunto dos objetivos específicos deve contemplar: (I) condições para existência do projeto; (II) preparação metodológica do projeto; (III) desenvolvimento das ações do projeto; (IV) fechamento do projeto visando sustentabilidade e/ou ampliação da proposta.</p> <p>(conceito mais amplo)</p>	<p>Descrever as diversas tarefas que devem ser desenvolvidas para alcançar os objetivos específicos.</p> <p>(detalhamento do conceito em propostas concretas)</p>	<p>Indicar os resultados qualitativos e quantitativos esperados, de modo a permitir a verificação de seu cumprimento, de acordo com os objetivos previstos.</p> <p>(compromissos pactuados com o proponente).</p>

**3.5 Metodologia** → Explicar como serão realizadas as ações do projeto e as atividades/tarefas previstas, bem como os meios de realização e de registro. Detalhar como as diferentes etapas serão implantadas e qual a inter-relação entre as mesmas. E, ainda, identificar o papel das parcerias envolvidas no projeto. A metodologia deverá conter também as articulações locais para complemento e continuidade do projeto (parcerias, financiamentos com os atores governamentais e não-governamentais) e um mapeamento das interfaces com as políticas públicas locais.

#### 4. SUSTENTABILIDADE [FUTURO DO PROJETO]

**4.1. Como as organizações vão participar do projeto** - Listar e descrever responsabilidades.

**4.2. Como o projeto pretende interagir com políticas públicas** - Descrever como irá articular o projeto com as políticas públicas.

### 4.3. Como o projeto será divulgado/comunicação - Elaborar Plano de comunicação.

**5. AVALIAÇÃO DO PROJETO** → O trabalho de avaliação do projeto pressupõe fontes de informação (equipe técnica, sistema de justiça, entidade parceria/acolhedora, cumpridor/familiar e comunidade etc.), modos de coleta e de registro de dados que apontam para a inserção e participação do diferentes atores sociais envolvidos no projeto.

5.1. Como o Projeto pretende realizar avaliações processuais/ acompanhamento?					Monitoramento do Proponente	
Objetivos específicos	Perguntas de avaliação	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fontes de informação	Forma de coleta/registo de dados	Periodicidade
(3.2.1) O sistema de justiça	As atividades do projeto favorecem a articulação do sistema de justiça para aplicação das PMAs	<ul style="list-style-type: none"> <li>* n. de reuniões: iniciais, periódicas (técnica, conselho gestor etc.) e eventuais.</li> <li>* n. de agentes do sistema de justiça engajados no projeto</li> <li>* n. de propostas encaminhadas e ações realizadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* percepção dos agentes do sistema de justiça sobre o projeto</li> <li>* caracterização do nível de participação nas reuniões</li> <li>* nível de materialização dos encaminhamentos das reuniões</li> </ul>	* equipe técnica e agentes do sistema de justiça	* reuniões com registro em lista de presença, ata e relatório	Bimestral
(3.2.2) O cumpridor e seus familiares sob a perspectiva jurídica e técnica	Em que medida o estudo psicossocial nas PMAs contribui para o diálogo/mediação entre a instância normativa e o cumpridor nas PMAs	<ul style="list-style-type: none"> <li>* n. de procedimentos realizados com o cumpridor e seus familiares</li> <li>* n. de encaminhamentos sugeridos e efetivados</li> <li>* n. de convergências/divergências etc. entre os atores jurídicos e técnicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* percepção dos cumpridores e familiares sobre a proposta do projeto</li> <li>* mobilização da equipe, cumpridor, familiar e comunidade</li> <li>* nível de diálogo estabelecido entre as práticas técnicas e jurídicas (cooperação, adversarial etc.)</li> </ul>	* equipe técnica, cumpridores, familiares, rede de apoio, sistema de justiça	<ul style="list-style-type: none"> <li>* procedimentos técnicos (entrevistas, visitas etc.) com registro em prontuário e ofícios de encaminhamentos</li> <li>* documentos técnicos (laudo/relatório/informe social, psicológico, psicossocial etc.) e jurídicos (ofícios/despachos, petições, manifestações etc.)</li> </ul>	Bimestral
(3.2.3) O monitoramento e acompanhamento da execução penal em regime aberto	As atividades realizadas pelo projeto contribuem para o desenvolvimento de estratégias de responsabi	<ul style="list-style-type: none"> <li>* n. de cumprimento e descumprimento da PMAs</li> <li>* n. de entidades acolhedoras/parcerias cadastradas e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* percepção dos cumpridores sobre as atividades propostas</li> <li>* percepção das entidades acolhedoras/parceiras sobre execução penal comunitária</li> </ul>	* equipe técnica, cumpridor, entidade acolhedora/ parceria	<ul style="list-style-type: none"> <li>* procedimentos técnicos com registro em Prontuário</li> <li>* lista de presença/relatório de frequência e de atividade realizada pela entidade acolhedora/parcei</li> </ul>	Bimestral

	lização penal articulada à convivência comunitária	conveniadas			ra * lista de presença/relatório de atividade realizada pela equipe técnicas  * cadastros e termos de convênio/parceria firmados	
(3.2.4) A responsabilidade da Sociedade na execução penal	Em que medida as atividades do projeto possibilitam a criação de estratégias comunitárias de execução penal	* n. de participantes nas atividades de discussão coletiva (conselho gestor e evento comunitário)	* caracterização dos participantes e nível de participação	* equipe técnica, sistema de justiça, cumpridores, rede social e comunidade	* reuniões/evento com registro de lista de presença; ata e relatório	Semestral

## 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa/ Fase	Especificação	Indicadores Físicos		Duração	
Indicar como etapa ou fase cada uma das ações em que se pode dividir a execução de	Relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase.	Unidade Indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa, ou	Quantidade: Indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida.	Início: Registrar a data referente ao início de execução da	Término: Registrar a data referente ao término da execução da meta, etapa,
Exemplo:					
1	Aquisição e instalação dos equipamentos	Unidade	X	MÊS/ANO	MÊS/ANO
2	Realização de Capacitação da equipe que atuará no Núcleo	Pessoas capacitadas e hora-aula	X	MÊS/ANO	MÊS/ANO
3	Atendimento de XXX beneficiados	Pessoas beneficiadas	X	MÊS/ANO	MÊS/ANO

## 7. OBSERVAÇÕES

- \* O detalhamento dos custos deverá ser feito somente nas abas próprias do SICONV
- \* Sugere-se que o proponente estime os custos relacionados com as metas do projeto por itens/elementos de despesa em tabelas distintas, indicados pelas quantidades, valores unitários e seus respectivos totais e após inserir os dados no SICONV.
- \* O proponente deve inserir no SICONV o valor de sua contrapartida financeira e em quais elementos de despesa será disponibilizada.
- \* É imprescindível, a apresentação de três orçamentos do comércio local, datados e com CNP legível, para fonte de referência, nos casos em que o objeto do convênio demandar a aquisição de material permanente e/ou de consumo e contratação de pessoa jurídica, que devem ser inseridos na

aba anexos do SICONV, além disso, solicita-se o preenchimento da tabela anexa a este projeto. Ressalta-se que serão válidos os valores orçados de produtos que contenham as mesmas características.

\* Pelo menos no que concerne à Planilha de Materiais Permanentes e de Contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, todos os equipamentos os quais se pretende adquirir, bem como os serviços a serem contratados devem ser justificados um a um.

\* Não será objeto de financiamento pelo Fundo Penitenciário Nacional as despesas não relacionadas diretamente com as atividades finalísticas do projeto ou que se apresentem superestimadas ou superdimensionadas em relação ao objeto proposto.

\* As publicações previstas para serem editadas na Proposta deverão ser avaliadas pelo DEPEN quanto ao conteúdo e à forma;

\* É necessário obedecer aos ditames legais da Lei Complementar n.º 79, de 7 de janeiro de 1994, que criou o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.

## 8. TABELA DE ORÇAMENTOS

Especificar em ordem alfabética cada item a ser adquirido, a quantidade de itens, o valor unitário de cada um dos valores orçados, bem como a média dos orçamentos e valor total.

EXEMPLO:

Especificação	Quantidade	Preço 1	Preço 2	Preço 3	Média	Valor total
Notebook	4	2000	1800	2500	2100	8400